



CONTRATO INTERADMINISTRATIVO Nº 01/2026

Contrato Interadministrativo celebrado entre o MUNICÍPIO DE CHAPADÃO DO LAGEADO e o CONSÓRCIO PÚBLICO INTERFEDERATIVO DE SAÚDE E MULTIFINALITÁRIO DO ALTO VALE DO ITAJAÍ (CISAMAVI).

O **MUNICÍPIO DE CHAPADÃO DO LAGEADO**, através do seu Fundo Municipal de Saúde, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Rua Allan Régis Inácio, n.15, Centro, Chapadão do Lageado/SC, inscrita no CNPJ/MF sob n. 11.395.609/0001-23, neste ato representado pelo seu Prefeito Municipal, Senhor Eugenio Antônio Roling, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob nº 461.846.199-34, doravante denominado simplesmente **CONTRATANTE**, neste ato representado pelo seu Prefeito Municipal, Senhor Eugenio Antonio Roling, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob nº 461.846.199-34 ao final assinado, doravante denominado simplesmente **CONTRATANTE** doravante denominado simplesmente de **MUNICÍPIO”** e o **CONSÓRCIO PÚBLICO INTERFEDERATIVO DE SAÚDE E MULTIFINALITÁRIO DO ALTO VALE DO ITAJAÍ (CISAMAVI)**, pessoa jurídica de direito público, sem fins econômicos, constituída sob a forma de associação pública pelas normas da Constituição da República Federativa do Brasil, da Lei Federal nº 11.107, de 06 de abril de 2005 e Decreto 6.017/07, inscrita no CNPJ sob n.º 09.069.217/0001-22, com sede na Rua XV de Novembro, 737, Bairro Centro, CEP 89160-015, Rio do Sul/SC, simplesmente denominado “CISAMAVI”, representado neste ato pelo seu presidente, Claudio Volnei Sens, brasileiro, casado, agricultor, nascido em 11/06/1976, RG 5.748.442, CPF 026.989.979-07, residente na Estrada Geral Ribeirão Matilde, S/N, Atalanta/SC, CEP 88410-000, firmam o presente Contrato Interadministrativo, conforme cláusulas e condições a seguir expostas:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1. Constitui objeto do presente contrato a execução de ações relativas aos objetivos expressos no Contrato de Consórcio Público do CISAMAVI, visando a implementação de ações e serviços compartilhados no âmbito da Gerência Temática de Saúde, sendo:

1.1.1. Aquisição de procedimentos, exames e consultas especializadas contratados pelo CISAMAVI.

CLÁUSULA SEGUNDA – OBRIGAÇÕES DO CISAMAVI

2.1.1. Realizar as ações necessárias à execução deste contrato, de acordo com as disposições do Contrato de Consórcio Público, Estatuto do CISAMAVI, Resoluções do CISAMAVI e as demais normas aplicáveis;

2.1.2. Comunicar ao MUNICÍPIO a abertura do prazo para apresentação da estimativa de demandas em sistema a ser disponibilizado pelo CISAMAVI;

2.1.3. Contratar prestadores de serviços, de acordo com a Tabela Unificada de Procedimentos SUS e complementos aprovados pela Comissão Intergestores Regional (CIR) e pela Assembleia do CISAMAVI;

2.1.4. Emitir relatório mensal discriminando os serviços prestados e os valores a serem repassados pelo MUNICÍPIO;

2.1.5. Efetuar os pagamentos aos prestadores dos serviços;

2.1.6. Receber e contabilizar os recursos recebidos de acordo com as normas de direito financeiro aplicável às entidades públicas, conforme estabelece o artigo 9.º da Lei Federal 11.107/2005;

2.1.7. Fornecer as informações necessárias para que sejam consolidadas, nas contas do MUNICÍPIO, todas as despesas realizadas com os recursos transferidos, para que possam ser contabilizados na conformidade dos elementos econômicos e das atividades ou projetos atendidos;

2.1.8. Aplicar os recursos repassados pelo MUNICÍPIO exclusivamente nas ações previstas

no objeto do presente contrato e do orçamento aprovado.

CLÁUSULA TERCEIRA – OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO

- 3.1.** Formalizar requerimento, indicando em sistema próprio do CISAMAVI a demanda de procedimentos, exames e consultas especializadas;
- 3.2.** Promover o acompanhamento e a fiscalização dos serviços, sob os aspectos quantitativo e qualitativo, fazendo o registro no sistema do CISAMAVI das falhas detectadas e notificar através do sistema, o prestador de serviços sobre as ocorrências de quaisquer fatos que, a critério do CISAMAVI, exijam medidas corretivas por parte daquele;
- 3.3.** Realizar os agendamentos, conforme sua demanda, seguindo os critérios de escolha do prestador de serviços definidos em edital do CISAMAVI;
- 3.4.** Autorizar a prestação de serviços, com encaminhamento ao prestador, das guias SUS e CISAMAVI;
- 3.5.** Disponibilizar dotação orçamentária e financeira dos recursos financeiros necessários à execução do objeto;
- 3.6.** Manter os recursos orçamentários necessários ao desempenho das ações ora pactuadas e complementá-los quando necessário;
- 3.7.** Publicar o extrato do contrato e de seus aditivos.

CLÁUSULA QUARTA - DO CRÉDITO ORÇAMENTÁRIO E VALORES PREVISTOS

- 4.1.** Pelos serviços utilizados o MUNICÍPIO repassará ao CISAMAVI o valor equivalente, até o último dia útil do mês após o recebimento do relatório.
- 4.2.** As despesas decorrentes da aplicação do presente Contrato correrão por conta das dotações orçamentárias e valores previstos na Lei Orçamentária Anual, sendo:

Órgão: 6

Unidade: 1

Projeto/Atividade: 2031

Função: 10 - Saúde

Subfunção: 280

280 - 3.3.93.00.00.00.00-1.500.7000 - Aplicação Direta (Elemento 70): R\$ 200.000,00.

CLÁUSULA QUINTA – DA VIGÊNCIA

- 5.1.** O presente contrato terá vigência de 02 de janeiro à 31 de dezembro de 2026, podendo ser prorrogando, mediante aditivo firmado entre as partes.
- 5.2.** A extinção do presente contrato dar-se-á com seu termo final, se não prorrogado, ou ainda mediante decisão da Assembleia Geral do CISAMAVI ou, a requerimento do MUNICÍPIO.
- 5.2.1.** A intenção de não prorrogação do contrato e/ou a de sua extinção pelo MUNICÍPIO deverá ser apresentada ao CISAMAVI mediante manifestação prévia de 60 (sessenta) dias, prazo que igualmente deverá ser respeitado para a produção de efeitos de decisão de extinção pela Assembleia do CISAMAVI.

CLÁUSULA SEXTA - DA LICITAÇÃO DISPENSADA

- 6.1.** Para a formalização do presente contrato é dispensada a licitação, com fundamento no artigo 2º, III da Lei Federal 11.107/2005 e nos artigos 10, II e 18 do Decreto Federal 6.017/2007.

CLÁUSULA SÉTIMA – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

- 7.1.** Caberá ao CISAMAVI e ao MUNICÍPIO, na execução do presente contrato, adotar as medidas necessárias ao cumprimento da legislação relativa ao tratamento de dados pessoais, em especial ao previsto na Lei nº 13.709/2018, com o objetivo de proteger os direitos fundamentais de liberdade e de privacidade e o livre desenvolvimento da personalidade da pessoa natural.
- 7.2.** Em caso de descumprimento das obrigações ajustadas, à parte que der causa, será atribuída penalidade a ser decidida em Assembleia Geral do CISAMAVI, que definirá ainda sua

forma de aplicação.

CLÁUSULA OITAVA - DO FORO

8.1. Fica eleito o foro da Comarca de Rio do Sul para dirimir questões decorrentes da execução do presente contrato, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, comprometendo-se as partes a empreenderem os meios consensuais possíveis como primeiras opções na solução dos litígios.

E, por assim estarem de acordo, as partes firmam o presente contrato em duas vias de igual teor e forma, juntamente com as testemunhas abaixo nomeadas.

CLÁUSULA NONA – DISPOSIÇÕES FINAIS

9.1. Este Contrato quando assinado de forma digital fica dispensado da assinatura de 2 (duas) testemunhas, nos termos do artigo 34 da Lei 14.620/23 que incluiu no artigo 784 do Código de Processo Civil o parágrafo quarto, que dispõe o seguinte: § 4º Nos títulos executivos constituídos ou atestados por meio eletrônico, é admitida qualquer modalidade de assinatura eletrônica prevista em lei, dispensada a assinatura de testemunha quando sua integridade for conferida por provedor de assinatura.

9.2. E, por estarem assim justas e contratadas, as partes reconhecem a forma de contratação por meio eletrônico e digital como válido e plenamente eficaz, reconhecendo a presença de todos os requisitos de validade jurídica, incluindo a autenticidade das respectivas assinaturas, a integridade e veracidade de conteúdo deste instrumento, o qual constitui título executivo extrajudicial para todos os fins de direito, ainda que seja estabelecida com assinatura eletrônica ou certificação fora dos padrões ICP-BRASIL, conforme disposto pela Medida Provisória nº 2.2002/2001

Chapadão do Lageado, 14 de janeiro de 2026.

EUGENIO ANTONIO ROLING
Prefeito Municipal
Contratante

Claudio Volnei Sens
Presidente do CISAMAVI
Contratado(a)

MAICSON MONTIBELLER
Secretário Municipal da Saúde

KEITY SEBOLD DA SILVA MONTEIRO
ASSESSORA JURÍDICA
OAB/SC 53.720

Testemunhas:

Testemunha 1
Nome: Denuzia Diel Hindemann
CPF: 044.607.859-00

Testemunha 2
Nome: Luana Pereira
CPF: 012.130.129-02